

LOS ORÍGENES DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

Márcia Regina Cassanho de Oliveira
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.
mcassanho@gmail.com

Miguel Gomes Filho
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
migomesfi@hotmail.com

Título do del Proyecto: “Los Orígenes de la Universidade Federal de Mato Grosso do Sul”.

Director de Tesis: Antônio Carlos do Nascimento Osório

RESUMEN

El presente artículo visa presentar en líneas generales las bases de un proceso de investigación en desarrollo sobre los orígenes de la creación y consolidación de la Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Se intenta comprender las principales transformaciones por las que pasó esa Institución desde su creación en 1962, con la implantación de la Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso, hasta su federalización en 1979. Para eso, es necesario investigar las políticas del gobierno federal con relación a la enseñanza superior, las relaciones entre los gobiernos federal, estatal y municipal y la Universidad y sus disputas internas. A partir del movimiento arqueológico, el estudio tendrá por objetivo investigar cómo se engendraron los saberes que precisaron ser activados para que la UFMS fuera creada. Metodológicamente, por intermedio de los presupuestos de Michel Foucault, se propone realizar un inventario en archivos documentales públicos y particulares, fotos, históricos escolares, entrevistas y libros memorísticos acerca de los discursos proferidos, explicitados o silenciados en un análisis de campo epistemológico Foucaultiano, desvelando, así, las estrategias y tácticas que forman las unidades discursivas de la Institución de Enseñanza Superior. Investigar su historia, desde la década de 1960, contribuirá para el entendimiento sobre los orígenes y la expansión de la enseñanza superior en Mato Grosso y en Mato Grosso do Sul y sobre las relaciones de poderes que permean el campo intelectual, cuya historia es poco conocida.

Palabras clave: UFMS. Michel Foucault. Archivo. Inventario

AS ORIGENS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

Márcia Regina Cassanho de Oliveira
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.
mcassanho@gmail.com

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

Miguel Gomes Filho
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
migomesfi@hotmail.com

Título do Projeto: “As origens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul”.
Orientador da Tese: Antônio Carlos do Nascimento Osório

RESUMO

O presente artigo visa apresentar em linhas gerais as bases de um processo de pesquisa em andamento sobre as origens da criação e consolidação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Pretende-se compreender as principais transformações por que passou essa Instituição desde a sua criação em 1962, com a implantação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso até sua federalização em 1979. Para tanto, é necessário investigar as políticas do governo federal com relação ao ensino superior, as relações entre os governos federal, estadual e municipal e a Universidade e suas disputas internas. A partir do movimento arqueológico, o estudo terá por objetivo investigar como se engendraram os saberes que precisaram ser ativados para que a UFMS fosse criada. Metodologicamente, por meio dos pressupostos de Michel Foucault, propõem-se realizar um inventário em arquivos documentais públicos e particulares, fotos, históricos escolares, entrevistas e livros memorialísticos acerca dos discursos proferidos, explicitados e silenciados em uma análise do campo epistemológico Foucaultiano, desvelando, assim, as estratégias e táticas que formam as unidades discursivas dessa Instituição de Ensino Superior. Investigar sua história, desde a década de 1960, contribuirá para o entendimento sobre as origens e expansão do ensino superior em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul e sobre as relações de poderes que permeiam o campo intelectual, cuja história é pouco conhecida.

Palavras-Chave: UFMS. Michel Foucault. Arquivo. Inventário

Esta pesquisa sobre as origens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) vem preencher uma lacuna que existe não apenas em relação à própria instituição, mas em relação às outras universidades. Leva-se em consideração a pequena produção historiográfica sobre a história das universidades brasileiras e as abordagens apologéticas desse tema.

A UFMS teve sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, o embrião do ensino público superior no sul do anterior Estado de Mato Grosso. No ano de 1967, o governo do Estado criou nas principais cidades do Estado, centros universitários, ampliando, desse modo, a rede pública estadual de ensino

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

superior. Tinha início, então, o processo de interiorização da UFMS. Com a divisão do estado de Mato Grosso, foi concretizada a federalização da Instituição que passou a se denominar Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela Lei Federal nº 6.674, de 05 de julho de 1979. A UFMS abrange uma extensa área geográfico-educacional que resulta num raio de mais de 500 Km; atinge cerca de cinquenta municípios, incluindo estados e países limítrofes, tais como Paraguai e Bolívia, de onde se origina grande parte de seus alunos-convênio. Além da sede no município de Campo Grande, a UFMS mantém *campus* em dez cidades, descentralizando o ensino com o objetivo de atender os principais pólos de desenvolvimento do estado.

Nesse aspecto, cabe destacar que as universidades não podem ser analisadas a partir de uma perspectiva que privilegie somente seus aspectos locais, tais como interesses das elites locais e as disputas entre diferentes facções no interior da instituição que emergem com mais força nas eleições para cargos administrativos e para a reitoria. A UFMS será analisada, também, nos seus aspectos externos, tais como as políticas, diretrizes educacionais do governo federal, as relações de poderes e de interesses que permeiam sua história. Uma instituição, segundo Osório (2010, p. 101):

[...] sempre será espaço de disposição, arranjo, formação, instrução, educação do corpo e da mente; marcada por princípios, métodos, sistemas, doutrinas. Seu movimento será sempre operativo (ação propriamente dita), voltado para instruir, arranjar, estabelecer, construir, preparar, dar e recuperar. Organizando seus propósitos na perspectiva de um determinado grau de regularidade ativa; concebido culturalmente por atributos designados em suas práticas sociais. Os movimentos das instituições serão, ainda, sempre delimitados em suas funções também construídas pela sociedade, especificando, assim, seus atributos.

Deve-se questionar o papel desta Instituição na sociedade, quais forças impulsionam sua criação e consolidação no novo Estado que se formou, bem como qual o poder exercido por grupos militares, religioso e os conselhos de classe. Já constatamos, inclusive, em pesquisa preliminar que nas primeiras turmas do curso de odontologia, o número de acadêmicos que eram, na época, “militares da ativa” é expressivo. Dos trinta acadêmicos que se formaram entre os anos de 1968 e 1969, 15 eram militares, ou seja, cinquenta por cento dos alunos trabalhavam no Exército ou Aeronáutica. Num período como aquele em que o regime era de exceção, estes dados são significativos.

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

A criação da UFMS está inserida em contextos mais amplos que devem ser analisados. O cenário da educação superior em Mato Grosso foi constituído num contexto de disputa política, econômica e geográfica entre as regiões norte e sul do estado representadas por Cuiabá e Campo Grande. Por motivos políticos e, sobretudo, econômicos a elite do sul do estado, considerada em desvantagem com relação a Cuiabá, lutava pela divisão do estado entre as regiões norte e sul.

Os aportes teórico-metodológicos desta pesquisa se configuram na tentativa de compreender as relações entre o grupo de intelectuais da UFMS e o poder local constituído, no caso, não apenas da cidade de Campo Grande, mas também do sul de Mato Grosso. Pretende-se analisar a importância desses intelectuais e da própria Universidade para o campo de poder local e para a cidade, bem como as interferências e ingerências do poder constituído na instituição.

Com esta pesquisa pretende-se contribuir para a historiografia no Mato Grosso do Sul e, ainda, que seja um instrumento importante para a implementação de uma política de recuperação dos registros de época, de modo a permitir, às gerações futuras, uma compreensão mais crítica do passado e da memória sobre os acontecimentos que lhes é legada.

Salientamos que esta pesquisa tem por objetivo estudar a história da criação e consolidação da UFMS, desde seu surgimento, em 1962. O estudo sobre essa Instituição dará prioridade à análise desde sua gênese histórica e dos fatores que contribuíram para sua criação e consolidação contextualizando com os projetos de reformas do governo federal e ao exame das relações políticas e de poderes no âmbito estadual e dos diferentes municípios. Os objetivos são os seguintes: 1) Analisar a criação e implantação da UFMS e sua expansão; 2) Articular as políticas dos governos: federal, estadual e municipais com a história da UFMS; 3) Os discursos e relações de poder que permearam essa criação. Será privilegiada a análise das relações de poderes utilizando-se os conceitos de Michel Foucault para entender as relações dos grupos de intelectuais da universidade entre si e com o poder constituído no governo do estado; 4) Desconstruir a memória oficial da UFMS e, 5) Analisar a procedência dos docentes e discentes da UFMS. 6) Enfocar a expansão da UFMS: Criação de novos cursos e *campus*.

As fontes utilizadas serão em arquivos públicos e privados e estão todas disponíveis para a realização da pesquisa. Para analisar a criação e consolidação da UFMS e suas

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

principais transformações utilizar-se-ão fontes variadas, tais como: entrevistas, publicações oficiais, teses e dissertações acadêmicas sobre o ensino superior em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, jornais, históricos escolares de ex-alunos e professores, fotografias e, boletins de serviço.

Com relação às fontes oficiais utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa, vale retomar a reflexão de Bacellar (apud Pinsky, 2005), para quem:

Arquivos, Museus, Centros de Documentação e Memoriais são instrumentos importantes para que seja implementada uma política de recuperação, preservação e disponibilização dos registros de época, de modo a permitir às gerações futuras uma compreensão mais crítica do passado e da memória sobre os acontecimentos que lhes é legada.

Conforme já se frisou, a memória é histórica. O que nela está registrado é o resultado de lutas de poder - em todos os níveis - ao longo do processo histórico. De acordo com Le Goff (1984):

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.

Nesse contexto, é importante salientar que “assim como a história não é neutra, também não há neutralidade nos registros da memória”. (Bacellar, apud Pinsky, 2005) discute historiograficamente uma abordagem cujo foco está nas fontes documentais, uma das matérias-primas dos historiadores. Nesse aspecto, a pesquisa em arquivos é uma opção de muitos profissionais na atualidade. Uma boa pesquisa dependerá muito das perguntas a serem feitas às fontes e da análise crítica do pesquisador ao se deparar com os documentos.

Para Pereira (2011), o arquivo é compreendido como um grande instrumento de armazenamento e acesso a informações e, nesse sentido, está ligado às questões de preservação da memória, na medida em que funciona como um depósito de dados e fatos.

Michel Foucault apresenta sua concepção de *arquivo* em obras como *A arqueologia do saber* (2007a) e em outras como *Ditos e Escritos IV* (2010) e *As palavras e as coisas* (2007b). Para Derrida (2001), estudar o arquivo se justifica porque se toca a lei, seus mecanismos e procedimentos, sobretudo naquilo que tange ao tema da origem, do original e da representação. Agregar a esse cenário a categoria do inventário é lutar para se obter um ângulo produtivo de clivagem do arquivo.

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

Segundo Klein (2013), evidenciar o inventário é abrir o arquivo naquele ponto em que a convenção engessou a história. O inventário está na lei, assim como o arquivo, mas vasculha a arca tendo sempre em mente que sua lista, o seu procedimento de escolha é também um flerte com o vazio.

Não há como falar em arquivo e inventário, com relação à pesquisa em andamento, sem dialogar com o conceito de memória. Ricoeur (2007, p. 177), em seu livro *A memória, a história e o esquecimento*, diz que o surgimento do arquivo é o momento do ingresso da escrita na operação historiográfica. Para ele, o arquivo apresenta-se “como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente distinguimos do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental”, que pode ser, a qualquer momento, lido e consultado. O mesmo autor acrescenta que um documento de arquivo está aberto a qualquer leitor, do mesmo modo que acontece com qualquer dado escrito e não tem, portanto, um destinatário pré-determinado, diferentemente do testemunho oral, que possui interlocutor específico. Testemunhos orais só se tornam documentos depois de registrados, sendo que esta passagem acarreta distanciamento do que designamos por testemunho.

Foucault apresenta, em *A arqueologia do saber* (2007a), alguns conceitos com relação ao campo de ação da análise arqueológica. Especificamente, é o caso dos conceitos de positividade, *a priori* histórico, e *arquivo*, sendo este último o que nos interessa neste momento. Para o autor, é o *a priori* histórico que permite compreender os discursos na lei de seu devir efetivo, caracterizado pelo desencadeamento que não só utiliza e acolhe estruturas formais, mas também as exclui, esquece ou simplesmente desconhece. O *a priori* histórico faz ver a forma como se articula o domínio dos enunciados, e é neste domínio enunciativo que se desenrolam, por sua vez, segundo regras específicas, práticas discursivas em cuja diversidade funcionam sistemas de enunciados que fazem com que alguns desses sistemas apareçam como acontecimentos e como coisas. São todos esses sistemas de enunciados – acontecimentos de um lado, coisas de outro - que Foucault chama de *arquivo*. (p. 146).

A palavra *arquivo*, quando aparece pela primeira vez na obra *A arqueologia do saber* (2007a), apresenta-se como o elemento que designa o sistema de enunciabilidade do enunciado, ou que define o sistema que rege seu aparecimento; designa a lei que rege as possibilidades e impossibilidades enunciativas e que faz com que o enunciado tome a forma de acontecimento singular. Por isso, para Foucault (2007), é um agrupamento de coisas ditas

em figuras distintas, composições diversas estabelecidas segundo uma multiplicidade de relações.

Dessa forma, o *arquivo*, nesse contexto, é o que faz com que as coisas ditas mantenham-se, segundo regras específicas, no corpo enunciativo, cuja existência e materialidade se concretizam no acontecer. Esse autor acrescenta, ainda, ao conceito de *arquivo*, o sistema de funcionamento que possibilita a diferenciação de uma multiplicidade de existências discursivas e especifica a duração de cada uma dessas existências.

Para Foucault (1969, p. 149-150), os discursos devem ser analisados como práticas especificadas no sistema geral do “arquivo”, ou seja, daquilo que pode ser dito. O surgimento dos enunciados seria a outra forma de ver a questão, exatamente o que faria com que todas as coisas ditas se agrupassem em figuras distintas, compondo-se umas às outras segundo suas inter-relações, mantendo-se agrupadas ou se desconectando de acordo com regularidades específicas. É preciso também levar em conta, ainda, aquilo que define o modo de atualidade do enunciado.

Segundo Fonseca-Silva (2007), Foucault entende “arquivo” como o conjunto efetivo de discursos, o que, por sua vez, implica no conjunto de acontecimentos ocorridos e que estão em suspenso “nos limbos ou no purgatório da história”. Desse modo, o conjunto continua a funcionar, a se transformar ao longo da história, o que possibilita com isso o rompimento de outros discursos. (cf. Foucault, 1969).

Pode-se dizer que o “arquivo” é o “conjunto de discursos efetivamente pronunciados” (Foucault, 2005, p. 145). Para o filósofo, o arquivo não é reflexo de uma realidade material ou institucional, não é um lugar de onde se extraem fatos de maneira referencial; antes, o arquivo participa de um processo através do qual se atualizam as configurações de enunciados. O arquivo é, para Foucault, “aquilo que pode ser enunciado, que pode ser dito”, não no sentido de interdição, mas no sentido de ser possível surgirem determinados enunciados que se configuram como acontecimentos.

Inventários, repertórios, bibliotecas, catálogos, arquivos, são signos de uma sensibilidade nova ao tempo e ao passado do tempo, que é reativado na tessitura desses espaços. Foucault não se atém apenas aos espaços nos quais esses fluxos se tornam possíveis, mas, principalmente, às implicações metodológicas da criação desses espaços; mais, às implicações metodológicas de um uso crítico e problematizado desses espaços – espaços que

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

não são da ordem do já dado, mas que são, de forma significativa, construções históricas, formações discursivas que guardam em si complexidades em potencia, que pedem, por conseguinte, o trabalho crítico e filosófico.

Klein (2013) considera o inventário como uma polifonia das referências, transformando essa constatação em realização e operatividade. Uma vez que “nada deve ser desprezado”, é preciso elaborar um método de intervenção histórica que dê conta dessa heterogeneidade, sem, entretanto, transformar a diferença em repetição.

Aquilo que há de polifônico nas ruínas (seus múltiplos pertencimentos enquanto fragmentos de todos perdidos que, na tentativa de rearranjo, unem partes que jamais haviam se encontrado até então) é encontrado também na tessitura do inventário, pois o inventário, ao manejar ruínas, transforma-se em um campo variável de contradiscursos e de reapropriações.

Em suma, do que pode ser extraído da escrita de Foucault, o inventário, além do signo de uma “sensibilidade nova ao tempo”, é uma forma de reorganização que faz uma classificação do tempo histórico. Está aí a importância metodológica que se observa nas estratégias classificatórias (e, para Foucault, o inventário está entre elas). Abre o tempo e a história para uma intervenção que vai, paulatinamente, liberando seus próprios elementos de um cenário de controle e de ordenação em direção a uma prática de dê conta dos “espaços” complexos e da “espessura” da história.

Ao fazer um inventário, segundo o conceito utilizado por Foucault, os elementos e as referências podem ser as mesmas de pesquisas diferentes; o que os diferencia são as perspectivas e as escolhas de objeto de cada sujeito. Esse é o centro crítico do inventário: a justaposição entre o ato de montar e o ato de defender a montagem, ou seja, o ato de marcar posições em torno da trama esboçada. O inventário se constrói na relação e no contato, no estabelecimento de pontos de passagem pouco contemplados, deixados de lado pela historiografia tradicional.

O que Foucault, na realidade, postulou, é que sua arqueologia não é feita de disciplinas ou de discursos, mas das relações possíveis entre essas disciplinas e esses discursos, bem como a utilização histórica desses elementos ao longo do tempo. Ao afirmar que “A arqueologia do saber será sempre apenas um modo de abordagem”, esse autor liga diretamente a metodologia ao conceito de inventário, na medida em que postula a importância

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

de uma escolha, de uma montagem. Segundo Klein (2013), Foucault coloca seu trabalho dentro de um panorama de possibilidades, no sentido de que sua arqueologia deve ser apreendida como uma arqueologia entre muitas outras possíveis.

Entende-se que um campo fértil de investigação pode surgir a partir do estudo dos arquivos e do inventário a ser realizado sobre a criação e consolidação da UFMS. Procuraremos, por meio da proposta de Foucault, demonstrar o modo como o *arquivo*, seja ele imaterial, simbólico ou físico está ligado à memória. O inventário clama pela emergência da montagem e do arranjo – é na trama do percurso que se mede a importância de um projeto crítico, e não no grau de acerto com que ele se ajusta a tal ou qual vertente ou escola. Nesse ponto, o inventário, passa a operar a partir das ruínas e da coleta dos fragmentos, pois *fazer inventário* é colocar em funcionamento o olhar emancipado da metafísica – esse olhar leva ao reconhecimento das assinaturas obscuras das ruínas, tornando-as legíveis novamente no interior de um arranjo provisório e possível.

REFERÊNCIAS

- BACELLAR, C. de A.P. (2005) Fontes documentais uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto.
- FONSECA-SILVA, M. da C. (2007) Mídia e lugares de memória discursiva. In: _____; POSSENTI, Sírio. *Mídia e Rede de Memória*. Vitória da Conquista: Edições Uesb.
- FOUCAULT, M. (2007a). *A arqueologia do saber*. 7. Ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, M. (2007b). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FOUCAULT, M. (2010). *Ditos e Escritos IV*. “Perguntas a Michel Foucault sobre Geografia” In: Estratégia, poder-saber. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- KLEIN, K. dos S. F.(2013). *A Literatura do Inventário: Arquivo, anacronismo e além*. 2013. 399 f. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- OSÓRIO, A. C. do N. (2010). As instituições: discursos, significados e significantes, buscando subsídios teóricos e metodológicos... (p. 95 a 133). In: *Diálogos em Foucault*. Campo Grande, MS: Ed. Oeste.

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

PEREIRA, I. M. L. (2011). Arquivo e memória: uma análise dos conceitos de arquivo segundo Michel Foucault e Roberto Gonzalez Echevarría. *Fólio – Revista de Letras*, Vitória da Conquista. v. 3, n.2, p. 319-331.

RICOEUR, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François (et al.). Campinas, SP: Editora da Unicamp.